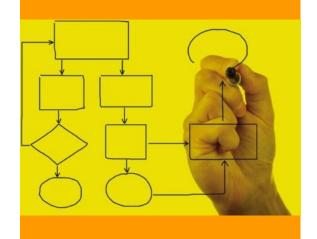
Plano de Gestão CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Resolução n. 027/2012-PR, publicada no DJE n. 198, de 25/10/2012)



A Estratégia da **Corre**gedoria-Geral do PJRO



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA TJRO

Plano de Gestão CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

A Estratégia da Corregedoria-Geral Do PJRO



Plano de Gestão CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA MAPA ESTRATÉGICO Missão Atributos de Valor Visão Sociedade Respeito Ética Assegurar à sociedade a efetiva prestação Ser reconhecido pela sociedade como Responsabilidade jurisdicional, por meio do controle, Comprometimento órgão acessível, ético e eficiente na institucional, social e Inovação orientação e fiscalização dos serviços realização de suas atividades. ambiental Celeridade judiciais de 1º Grau e extrajudiciais **Publicidade** Objetivos Processos Desenvolver ações para a Aperfeiçoar os serviços prestados Aprimorar o controle das otimização da prestação pela Corregedoria-Geral da Justiça atividades extrajudiciais jurisdicional de 1º Grau Objetivo Recursos Dotar a Corregedoria-Geral de infraestrutura Assegurar recursos orçamentários para para a realização de suas atividades execução das atividades típicas Objetivos Pessoas Capacitar, por meio das unidades Alocar pessoas por competências Promover e facilitar a competentes, colaboradores para necessárias para execução das comunicação interna e externa execução das atividades atividades

PLANO DE GESTÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Missão:

Assegurar à sociedade a efetiva prestação jurisdicional, por meio do controle, orientação e fiscalização dos serviços judiciais de 1º Grau e extrajudiciais.

Visão:

Ser reconhecido pela sociedade como órgão acessível, ético e eficiente na realização de suas atividades.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Ética
- Comprometimento
- Inovação
- Celeridade
- Publicidade
- Respeito
- Responsabilidade institucional, social e ambiental.

VALORES DA CORREGEDORIA-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

ÉTICA: Atuar com respeito à moralidade, ressaltando a honradez, a integridade, a imparcialidade e a probidade em todas as ações.

COMPROMETIMENTO: Desenvolver as ações de forma eficaz, com a apresentação de soluções, aliadas ao empenho, iniciativa e criatividade, promovendo o sentimento de auto responsabilidade nos servidores e magistrados para atingimento dos objetivos organizacionais.

INOVAÇÃO: Buscar incessantemente a melhoraria consciente e intencional dos serviços prestados, por meio do desenvolvimento de novos métodos e processos, visando à modernização das ações desenvolvidas.

CELERIDADE: Promover agilidade no atendimento das demandas, possibilitando uma justiça eficiente, eficaz e efetiva dos direitos e da cidadania.

PUBLICIDADE: Difundir publicamente as atividades, produtos e serviços ofertados, visando dar transparência às ações desenvolvidas.

RESPEITO: Tratar a todos com grande atenção, deferência, consideração e reverência em todas as ações e relações, como valor diferencial para a qualidade dos serviços prestados.

RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL, SOCIAL E AMBIENTAL: Valorizar e garantir a integração das dimensões institucional, social e ambiental em sua estratégia, políticas e procedimentos, objetivando a melhoria das práticas para atender às necessidades da sociedade.

Processos

Objetivo Estratégico

Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

META 1: Aperfeiçoar 100% os serviços da Corregedoria - 2016.								
indicador 1	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016		
Índice de Serviços	Plano de	200/	20%	20%	20%	20%		
Aperfeiçoados	Aperfeiçoamento	20%	20%	20%	20%	20%		

	META 2: dezembro/201	Portal	da Co	a-Geral até		
Indicador 2	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016
Implantação do Portal da Corregedoria	Ausência de Portal	-	100%	1	-	-

	META 3: Implantar o BI para a Corregedoria-Geral até dezembro de 2013.							
Indicador 3	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016		
Implantação do Business Intelligence (BI)	Ausência de BI	-	100%	-	-	-		

	META 4: Impla 2014.	ntar pland	ano de comunicação da CGJ até dezembro de					
Indicador 4	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016		
Índice de implantação do plano de comunicação da CGJ	Ausência de plano de comunicação	-	-	100%	-	-		

Projetos Catalogados

 Sistema de Correição, Sistema de Designação de Magistrados, Sistema de Estatística do 1º Grau, Sistema de Coleta de Metas e Justiça em Números, Melhoria dos Serviços da Corregedoria, Plano de Comunicação da CGJ, BI para Corregedoria-Geral de Justiça.

Nivelamento:

• Com as Metas das Corregedorias:

Meta 1: Apresentar Plano de Gestão para as Corregedorias em até 120 dias;

Meta 2: Publicar 100% das ações correcionais (preservado o sigilo);

Meta 3: Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias;

Meta 4: Realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem;

Meta 5: Fiscalizar 100% das metas nacionais do CNJ;

Meta 6: Implantar Turmas de Uniformização no âmbito estadual;

Meta 8: Incluir em 100% das correições nas varas criminais a verificação da situação de presos provisórios, para que o percentual dos presos provisórios fique aos menos na média nacional e que seja dado efetivo cumprimento à Resolução n. 66/09-CNJ.

Com as Metas do PJRO:

Meta 5: Atingir 30% em 2012, 60% em 2015 e 90% em 2018 de sucesso na execução dos projetos.

Meta 17: Aumentar em 1% ao ano os recursos próprios, até 2018.

Processos

Objetivo Estratégico

Desenvolver ações para a otimização da prestação jurisdicional de 1º Grau.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

	META 5: I até 2018.												
Indicador 5	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018					
	Processo eletrônico nos Juizados em 2013.												
	Processo eletrônico nas Varas de Execuções de Penas e Medio												
	Alternativas em 2014.												
Índice de varas	Processo	eletrôni	co nas V	'aras Cí	veis, Fan	nília e Faz	enda Púl	olica da					
com processo	Capital en	า 2015.											
digital	Processo 6	eletrôni	co nas Va	aras Crir	ninais da	Capital er	m 2016.						
	Processo	Processo eletrônico nos Juizados da Infância e Juventude da Capital											
	em 2017.	·											
	Processo 6	eletrôni	co nas va	ras do I	nterior a	té 2018.							

Projetos Relacionados

• Meta 7 = Processo Digital no Âmbito do 1º Grau.

Nivelamento:

- Com as Metas das Corregedorias: não há
- Com as Metas do PJRO:

Meta 2: Reduzir 1% ao ano a taxa de congestionamento dos processos judiciais, até 2018 (1º Grau).

Processos

Objetivo Estratégico

Aprimorar o controle das atividades extrajudiciais.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

	META 6: Fis até 2018.	META 6: Fiscalizar 50% das serventias extrajudiciais anualmente até 2018.								
Indicador 6	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016				
Cumprimento de atividades de fiscalização planejada	50%	50%	50%	50%	50%	50%				

	META 7: Executar no mínimo 90% do orçamento destinado a fiscalização das serventias extrajudiciais, anualmente. Linha de base 2012 2013 2014 2015 2016								
Indicador 7									
Capacidade de fiscalização	100%	100%	100%	100%	100%	100%			

Projetos Relacionados

• Implantação e Aperfeiçoamento dos Sistemas de Informações Gerenciais. (SIG-EX e SAJADM), Digitalização de Processos e Livros Oficiais.

Nivelamento

- Com as Metas das Corregedorias:
 - Meta 1: Apresentar Plano de Gestão para as Corregedorias em até 120 dias;
 - Meta 2: Publicar 100% das ações correcionais (preservado o sigilo);
 - Meta 3: Relatar 80% dos procedimentos disciplinares em até 180 dias;
 - **Meta 4**: Realizar, anualmente, correição em pelo menos 30% das unidades jurisdicionais, ainda que por amostragem;
 - Meta 5: Fiscalizar 100% das metas nacionais do CNJ;
- Com as Metas do PJRO:
- Meta 17: Aumentar em 1% ao ano os recursos próprios, até 2018.

Recursos

Objetivo Estratégico

Dotar a Corregedoria-Geral de infraestrutura para a realização das atividades.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

	META 8: implantada		-	_	al da CC	6J 100%
Indicador 8	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016
Índice de adequação da estrutura organizacional	Estrutura atual	-	80%	20%	-	-

Projetos Relacionados

 Reestruturação Organizacional da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Rondônia

Nivelamento:

Com as Metas das Corregedorias:

Meta 7: Garantir a estrutura administrativa para atender aos beneficiários do livramento condicional e cumpridores de medidas e penas alternativas (provimento 8 da Corregedoria Nacional)

Meta 10: Propor medidas para implantação de estrutura orgânica definitiva para as Corregedorias até dezembro de 2012.

Com as Metas do PJRO:

Meta 12: Implantar em 100% as adequações da estrutura organizacional sugeridas em estudo, até 2015.

Recursos

Objetivo Estratégico

Assegurar recursos orçamentários para execução das atividades típicas.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

		META 9: Executar 70% em 2012, 75% em 2013 e 80% em 2014 do orçamento disponibilizado para a Corregedoria Geral.								
Indicador 9	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
Índice de										
execução orçamentária*	-	70%	75%	80%	85%	90%	95%	100%		

^{*}relação entre a execução orçamentária e o orçamento gerenciado pela unidade.

Projetos Relacionados

 Reestruturação Organizacional da CGJ, Melhoria dos Serviços da Corregedoria, BI para Corregedoria-Geral de Justiça.

Nivelamento

Com as Metas das Corregedorias:

Meta 9: Propor medidas visando a garantir rubrica específica para as despesas das Corregedorias (Unidade Gestora - Responsável)

Com as Metas do PJRO:

META 6: Executar 100% do valor disponibilizado para iniciativas estratégicas, até 2015.

Pessoas

Objetivo Estratégico

Capacitar, por meio das unidades competentes, os colaboradores para execução das atividades.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

Indicador 10	META 10: Promover ações para capacitar 100% dos colaboradores até 2018.								
Indicador 10	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Índice de colaboradores treinados*	a apurar	30%	40%	50%	60%	70%	80%	100%	

^{*}Incluídos os colaboradores dos cartórios judiciais e extrajudiciais.

	META 11: Realizar no mínimo um benchmarking anualmente, até 2018.								
Indicador 11	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Índice de	sem								
benchmarking	linha de	1	1	1	1	1	1	1	
realizado	base								

Projetos Relacionados

 Projeto de Capacitação para o desempenho de atividades da Corregedoria - Geral da Justiça/RO.

Nivelamento:

- Com as Metas das Corregedorias: não há
- Com as Metas do PJRO:

META 18: Capacitar os servidores e magistrados em 100% nas competências estratégicas, até 2018.

Pessoas

Objetivo Estratégico

Alocar à Corregedoria de pessoas por competência para execução das atividades.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

		META 12: Dotar a corregedoria de pessoas qualificadas para desempenho das atividades até 2014.							
Indicador 12	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Índice de pessoas com as competências requeridas	Sem linha de base	-	80%	20%	-	-	-	-	

Projetos Relacionados

- Plano de Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça CGJ do Estado de Rondônia
- Projeto de Capacitação da Corregedoria-Geral da Justiça

Nivelamento:

Com as Metas das Corregedorias:

Meta 10: Propor medidas para implantação de estrutura orgânica definitiva para as Corregedorias até dezembro de 2012.

- Com as Metas do PJRO
- **Meta 12**: Implantar em 100% as adequações da estrutura organizacional sugeridas em estudo, até 2015.
- **META 18**: Capacitar os servidores e magistrados em 100% nas competências estratégicas, até 2018.

Pessoas

Objetivo Estratégico

Promover e facilitar a comunicação interna.

Indicadores e Metas Relacionados ao Objetivo

	META 13: Implantar ferramenta de disponibilização de informações até 2015.							ăo de
Indicador 13	Linha de base	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Índice de divulgação	Sem linha de base	-	30%	30%	40%	-	-	-

Projetos Relacionados

• Plano de Comunicação da CGJ

Nivelamento:

• Com as Metas das Corregedorias: não há

Com as Metas do PJRO

Meta 22: Aumentar para 40% em 2012, 50% em 2014, 60% em 2016 e 70% em 2018 o índice de avaliações positivas do clima organizacional.

ANEXO:

PROJETOS CATALOGADOS

BUSINESS INTELLIGENCE PARA A CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

OBJETIVO DO PO: Implantar a ferramenta de Business Intelligence (BI) para melhorar o processo decisório da Corregedoria - Geral da Justiça.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: BI - CGJ.

PÚBLICO- ALVO: Juízes auxiliares da Corregedoria e Corregedor-Geral.

META: Implantar o BI Corregedoria até Dez/2013

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça

JUSTIFICATIVA: O presente projeto sugere a adoção da solução de Business Intelligence ou Inteligência de Negócios - BI para Corregedoria Geral da Justiça - CGJ. Atualmente a CGJ carece de ferramentas de geração de informações que tragam resultados com rapidez e com qualidade. Na CGJ todo o processo de levantamento de dados ocorre de forma manual o que resulta em demora na produção de dados e informações. Após a fase de levantamento de dados que é realizada nas vinte e três bases de dados, estes ser trabalhados e analisados para atingirem a sua finalidade. Neste contexto, surgiu então a proposta de implantação e utilização do Business Intelligence BI. O BI é uma ferramenta para a geração de informações com a finalidade em dar suporte à tomada de decisões aos gestores, podendo ser aplicado em diversas áreas do TJRO, sobretudo na CGJ que necessita de dados e informações estatísticas para avaliar e tomar decisões no que tange a planejamento de criação de novas varas, promoção de magistrados, revisão de diretrizes, novos concursos, criação de políticas internas e/ou políticas públicas.

SISTEMA DE CORREIÇÃO FÍSICA E VIRTUAL

OBJETIVO DO PO: Implantar o Sistema de Correição Física e Virtual no biênio 2012/2013, bem como, trazer economia e agilidade na realização das correições.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: Sistema de Correição Física e Virtual Implantado.

PÚBLICO ALVO: Juízes auxiliares da Corregedoria e Corregedor-Geral.

META: Implantar o sistema de Correição até Jan/2013.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIFICATIVA: Atualmente as correições são realizadas de forma manual sendo necessário o deslocamento da equipe de correição até as Comarcas do interior durante determinado período. A Corregedoria não possui sistema para armazenar as informações coletadas durante os processos de correição, bem como ferramenta que gere automaticamente os relatórios estatísticos e indicadores de cada vara. Este fato impossibilita realizar análises e fazer o diagnóstico das varas a serem correicionadas. Foram realizadas 48 correições em 2010 - no período de 26/01/2010 a 17/12/2010 nas 22 comarcas do Estado em 2011 - 50 correições em 2011 - no período de 14/02/2011 a 11/11/2011 nas 22 comarcas do Estado de Rondônia. Treinamento será realizado por esta Corregedoria aos magistrados e servidores lotados na CGJ (interno).

PROJETO DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

OBJETIVO DO PO: Realizar as atividades planejadas para o exercício de 2013, bem como as que se fizerem necessárias no exercício, dentre as quais damos ênfase: correições, inspeções e aprimoramento das atividades da justiça do 1º grau e das extrajudiciais, proporcionando a participação efetiva da Corregedoria-Geral da Justiça no apoio às atividades desenvolvidas nas Comarcas/Juízos de 1º grau de jurisdição, bem como nas unidades extrajudiciais, dandolhes orientações e regulamentado as atividades vinculadas a este órgão, a fim de atender os anseios da sociedade.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: Atividades Realizadas.

PÚBLICO- ALVO: Sociedade, Magistrados e Servidores.

META: Realizar em 2013, 100% das ações Planejadas.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIFICATIVA: As ações da Corregedoria-Geral da Justiça é um requisito legal, tornando-se obrigatórias as atividades que buscam melhorias na prestação jurisdicional do 1° grau do Poder Judiciário do Estado, resultando na uniformização de procedimentos e regulamentações das atividades judiciais e extrajudiciais, buscando-se com isso uma maior celeridade processual, aumentando a satisfação da população. Para tanto, são necessárias as correições, fiscalizações, orientações, regulamentações, participações em eventos estadual e interestadual, que oferece ao gestor, magistrados e servidores desta unidade aprimoramento dos conhecimentos, a fim de que possam compartilhar com os demais membros do Poder Judiciário os conhecimentos adquiridos. Assim, torna-se necessário garantir os recursos e materiais para atendimento da finalidade da unidade.

IMPLEMENTAR MELHORIAS NOS SERVIÇOS DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DE RONDÔNIA

OBJETIVO DO PO: Garantir e implementar melhorias nos serviços realizados pela Corregedoria-Geral da Justiça conforme descrito no manual de ROTINAS da unidade.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: Rotinas Padronizadas, Diretrizes Revisadas e Melhoria na Prestação de Serviços aos Usuários.

PÚBLICO-ALVO: Jurisdicionados (toda a população do Estado de Rondônia = 1.600.000,00 aproximadamente e serventuários do PJRO = em torno de 2750 aproximadamente).

META: Aprimorar e melhorar 100% das atividades judiciais e extrajudiciais até 2014

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça

JUSTIFICATIVA: A mensuração da satisfação dos usuários se faz necessário a pesquisa para que norteie a aplicação de melhoria devidas com as rotinas padronizadas e as diretrizes atualizadas. Para que se possa assim delinear quais as melhorias necessárias a serem implantadas. Por tanto, a divulgação na internet, intranet e jornais com publicação para a informação da sociedade dos recursos disponibilizados. A acessibilidade a justiça, promovendo a satisfação da sociedade e divulgando de forma clara, objetiva e transparente sobre as ações de rotinas, diretrizes e demais atividades da Corregedoria. Isso sendo mensurado, por meio de pesquisa na internet, intranet e divulgadas em jornais, visando o norteamento da aplicação de melhoria para incrementar o atendimento.

SISTEMA DE COLETA DE METAS E JUSTIÇA EM NÚMEROS

OBJETIVO DO PO: Implantar o sistema de Coleta de Metas e Justiça em Números para agilizar e facilitar o processo de extração de informações tornando os dados mais confiáveis e acessíveis.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: Sistema de Coleta de Metas e Justiça em Números implantado.

PÚBLICO-ALVO: CNJ, Corregedoria e demais unidades do Poder Judiciário.

META: Implantar o sistema de Coleta de Metas e Justiça em Números de 1º Grau até julho/2015.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça

JUSTIFICATIVA: Atualmente o TJRO tem que atender e responder as Metas do CNJ e a questionários da Justiça em Números periodicamente, a Corregedoria é a responsável pela coleta e acompanhamento das informações referentes ao 1º Grau. A Corregedoria não possui um sistema que colete todas as informações referentes às Metas e Justiça em Números, sendo necessária sua realização de forma manual, o que ocasiona em executar rotinas fora do horário de expediente para posterior consolidação e homologação das informações, sendo necessário o desenvolvimento de uma ferramenta que colete automaticamente os dados e gere os relatórios consolidados com indicadores de cada Vara.

SISTEMA DE DESIGNAÇÃO DE MAGISTRADOS

OBJETIVO DO PO: Implantar o sistema de designação, afastamento, folgas, lotação e férias do magistrado, aprimorando o serviço de projeção quanto às designações dos magistrados no biênio 2012/2013.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: Sistema de Coleta de Metas e Justiça em Números implantado.

PÚBLICO-ALVO: Sistema de Designação de Magistrado.

META: Implantar o sistema de designação até outubro/2014.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça

JUSTIFICATIVA: Atualmente a Corregedoria realiza projeções quanto às designações dos magistrados de forma manual sendo necessário coletar os dados em diferentes sistemas e armazenar em diversas planilhas que são compartilhadas entre os setores, o que pode causar problemas quanto a backup e desatualização. A Corregedoria não possui um sistema para armazenar todas as informações referentes à designação, afastamento, folgas, lotação e férias dos magistrados, com o desenvolvimento do mesmo essas informações estariam armazenadas em um único local com um acesso rápido facilitando assim o serviço de projeção para tomada de decisões.

SISTEMA DE ESTATÍSTICA DO 1º GRAU

OBJETIVO DO PO: Implantar o sistema de Estatística do 1º Grau, com informações relativas à produtividade dos cartórios e dos magistrados, fornecendo informações para os gestores objetivando a promoção de magistrado.

ALINHADO AO OBJETIVO: Aperfeiçoar os serviços prestados pela Corregedoria-Geral da Justiça.

PRODUTO: Sistema de Estatística do 1º Grau implantado.

PÚBLICO-ALVO: Corregedoria, Magistrados e TODAS as unidades que compõe o Poder Judiciário.

META: Implantar o sistema de estatística do 1º Grau até fevereiro/2015.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIFICATIVA: Atualmente a Corregedoria trabalha com um grande volume de dados, controlando e acompanhando a quantidade de autos iniciados, distribuídos, julgados, baixados entre outros, munindo diversos setores com informações consolidadas acerca de produtividade dos cartórios e magistrados, promoção de magistrados, criação de novas varas e demais solicitações. Devido à descentralização dos bancos de dados, sistemas de acompanhamento de processo de diferentes plataformas e a carência de relatórios nos sistemas informatizados, hoje, os levantamentos estatísticos são realizados manualmente, sendo necessário redigitar os dados em planilhas eletrônicas para que seja possível realizar e atender todas as solicitações, principalmente levantamento para tomada de decisões quanto a promoção de magistrados. A Corregedoria não possui um sistema que reúna as informações estatísticas de todo o Estado em um único relatório, bem como ferramenta que gere automaticamente os relatórios estatísticos em diversos formatos, objetivando um melhor atendimento, quanto requisitada a prestar informações.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS E EXTRAJUDICIAIS – SIG-EX

OBJETIVOS DO PO: Implementar módulos de controles gerenciais no SIG-EX, visando melhorar o controle dos atos praticados pelos delegatários, bem como, constantemente realizar melhorias no sistema, buscando sua efetividade e funcionalidade.

ALINHADO AO OBJETIVO: Este projeto atende ao objetivo estratégico "Aprimorar o controle das atividades extrajudiciais".

PRODUTO: Módulos de controles gerenciais e melhorias implementados no SIG-EX.

PÚBLICO ALVO: Tribunal de Justiça e Jurisdicionados do Estado de Rondônia.

META: Módulos de controles gerenciais e melhorias 100% implementadas no SIG-EX até DEZ/2013.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça

JUSTIFICATIVA: Com a constante evolução da prestação dos serviços extrajudiciais, judiciais e administrativa, a corregedoria necessita de um controle mais efetivo para gerenciar as atividades desenvolvidas a fim de que possa melhorar a fiscalização e controle nos serviços realizados. Quanto quem será atingido pelo projeto são todos os funcionários do PJRO que giram em torno de 3.000,00 e a população do Estado de Rondônia que atualmente é de aproximadamente 1.200.000 pessoas. Quanto a quantidade de módulos do SIG-EX esta informação ainda não é possível de se fornecer porque o sistema ainda não esta formatado desta forma, esta em fase de adaptação para ser partilhado em módulos, já o custo beneficio de cada atualização no sistema também é impossível verificar porque para que ocorra o mesmo necessita de estudos aprofundados, o que temos dificuldade de fazer por uma série de questões que não são nem necessárias de elencar, acreditamos que este problema é generalizado no TJRO em vista da falta de um centro de custo, bem como da valoração de cada atividade desenvolvida pelos funcionários do PJRO. As melhorias e funcionalidades do SIG-EX não tem data para encerramento, tendo em vista este ser um sistema dinâmico que necessita de atualizações de acordo com necessidades funcionais e legais, o que salientamos é o cronograma anual de implementações e melhorias projetadas, este deve ser o foco da análise e não o que será feito no futuro, o que há de se observar que o projeto é de Instalação de Sistema e Manutenção, esta manutenção é contínua, não tendo data definida para finalização o que poderá ocorrer caso venha a ser substituído por outro com melhores funcionalidades e utilidade.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS E LIVROS OFICIAIS

OBJETIVOS DO PO: Digitalizar processos físicos e livros cartorários, formando banco de dados, dispensando e/ou facilitando o acesso de servidores, funcionários dos cartórios e jurisdicionados ao processo e livro na forma física (papel).

ALINHADO AO OBJETIVO: Este projeto atende ao objetivo estratégico "Aprimorar o controle das atividades extrajudiciais".

PRODUTO: Livros oficiais e Processos Judiciais digitalizados.

PÚBLICO ALVO: Cartórios Judiciais e Extra judiciais do Estado de Rondônia.

META: Digitalizar 100% dos livros oficiais e processos judiciais, até 2015.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIFICATIVA: Contribuirá com a intenção de total informatização da justiça através do processo judicial digital, também chamado de processo virtual ou de processo eletrônico -PROJUDI tem como premissa, gerenciar e controlar os trâmites de processos judiciais nos Tribunais de forma eletrônica, reduzindo tempo e custos. E ainda, busca a digitalização dos livro oficiais que são um patrimônio muito importante para os cartórios e para a sociedade, pois contêm o histórico e registro de informações relativas a pessoas, imóveis e transações. Os processos de digitalização adotados no projeto permitirão a identificação, a conservação e a recuperação da informação, perpetuando a memória governamental do Estado de Rondônia. Este projeto aponta para um plano de gestão de acervos de linguagem contemporânea, que visa à exploração do potencial informativo, reduzindo os custos com armazenamento e conservação de processos e livros cartorários. As atividades de descrição, conservação, digitalização, armazenamento digital e criação de mecanismos de busca do acervo permitirão a preservação da informação, a organização e a proteção física do acervo perpetuando, assim, a democratização da informação, bem como os valores históricos, informativos, legais e probatórios contidos nos processos. O referido projeto também tem alcance social, propiciando um atendimento especializado e ampliado, disponibilizando com agilidade e qualidade o acesso à informação contida nos processos em tramitação na Justiça Estadual, bem como dos registros (acervo documental) das 114 serventias extrajudiciais do Estado. A disponibilização desta documentação de forma digitalizada reflete na importância de preservação do patrimônio histórico, garantindo a proteção dos direitos do governo e do cidadão, sendo fonte de pesquisa necessária ao jurisdicionado. A digitalização será realizada sob a coordenação da Secretaria Judiciária – SJ, com a colaboração de servidores do PJRO (quadro em extinção), em duas jornadas de 6 horas (7 às 19h). Podendo ser também realizado com a contratação de empresa terceirizada e/ou realizado através de Convênio, e ainda, contar com a participação de estagiários deste Poder e de funcionários dos Cartórios Extrajudiciais atingidos pelo projeto, o qual será desenvolvido nas dependências do Tribunal de Justiça - Edifício Sede (sala situada na garagem).

METODOLOGIA:

A digitalização passa por um processo de planejamento sendo os procedimentos a serem adotados na implantação da digitalização dos documentos:

- Preparação: Remover grampos; desmontar processos; desamassar documentos dobrados ou amassados; recuperar documentos rasgados; separar papéis manchados;
- Ordenar documentos por lote.
- Digitalização: Resolução desejada; coloração; tipo de arquivo resultante formato Portable Document Format (PDF).
- Indexação: criação de índice, proporcionando uma forma de localizar, agrupar, recuperar e gerenciar as imagens capturadas, baseada no número de ordem constante nos processos e livros cartorários, facilitando a localização rápida de arquivos em um computador usando a pesquisa de texto.
- Gravação: uma vez verificadas e processadas as imagens serão armazenadas disponibilizadas para consulta.
- O TJRO fornecerá entre outros o equipamentos necessários à realização dos trabalhos 3 scanners de produção, 2 scanners para digitalização de livros, 5 micro computador, prateleiras para acomodação dos processos e livros;
- O projeto será desenvolvido em duas fases distintas: 1º fase digitalização dos livros cartorários, 2º fase – digitalização dos processos do TJRO, podendo ocorrer de forma concomitante.

BENEFICIOS:

Desonerar as unidades Jurisdicionais de 1º grau da demanda de escaneamento de processos;

- Maior velocidade e maior segurança na tramitação dos processos eletrônicos;
- Economia no custo de transporte e armazenamento dos processos físicos;
- Protege, evitando o acesso direto aos livros, pois os usuários poderão acessá-los diretamente de seus computadores;
- Cria uma cópia de segurança dos livros cartorários;
- Informatização da Justiça Processo Judicial Digital.

Quanto ao quantitativo de livros a serem digitalizados se estima em 2.000 volumes referente aos anos de 1914 a 1997. Já o quantitativo de processos a serem digitalizados verificando uma série histórica quanto os processos distribuídos no 2 º grau nos últimos 5 anos encontramos uma média de 15.000 processos/ano, os quais passarão a não ser mais

digitalizados nas comarcas de origem e sim aqui na capital, havendo o contrato de Malote suportar esta despesa que será de envio e reenvio a comarca de origem, podendo ser feito por polos, não sendo possível precisar o valor desta despesa mesmo porque não sabemos qual será a demanda do ano de 2013, bem como o peso real ou estimativo destes processos. Quanto a duração estima-se que será até 2015 pelo tempo útil e de vida dos equipamentos digitalização, considerando que após a digitalização dos livros aproximadamente 2000 volumes, o processo não será mais interrompido, porque os processos terão sua digitalização de forma continua e anula dependendo da demanda, assim surgira um núcleo de digitalização do TJRO, sendo operado conforme descritivo do projeto. A execução do projeto será realizado por servidores do TJ, entretanto, para atender a solicitação iremos inserir ação de estudo de terceirização, quanto ao custo do transporte dos processos do interior para a capital e vice-versa, destacamos que não sabemos de quando o mesmo ocorrerá e se realmente haverá majoração do contrato, o que depende da execução da 1º fase do projeto, mesmo assim incluiremos ação de informar ao gestor do contrato (malote) dando ciência do inicio do projeto para que sejam tomadas as providências quanto a verificação dos custos desta movimentação de processo.

REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO DO PO: Reestruturar a Corregedoria-Geral da Justiça, visando o aperfeiçoamento e melhoria da prestação de seus serviços.

ALINHADO AO OBJETIVO: Dotar a Corregedoria de infraestrutura na realização de suas atividades.

PRODUTO: Infraestrutura implantada de acordo com as demandas da Corregedoria.

PÚBLICO ALVO: Corregedoria-Geral da Justiça.

META: Reestruturação da CGJ implantada até dezembro 2014.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça

JUSTIFICATIVA: Com a atuação do Conselho Nacional de Justiça, bem como as leis emanadas e reformadas pelo Poder Legislativo verifica-se a necessidade no TJRO de uma maior e efetiva atuação desta Corregedoria responsável pela inspeção, fiscalização, disciplina e orientação administrativa a todas as Comarcas do Estado, além da incumbência de correção permanente dos serviços judiciários de primeira instância, surge a necessidade desta Corregedoria de alocar pessoas por competência para execução das atividades o que irá refletir significativamente em seu funcionamento e aperfeiçoamento. Demandas supervenientes determinadas por Leis, o bom relacionamento, bem como, a identidade de objetivos verificados entre a Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça, trás ou possibilita a propositura de um plano de reestruturação administrativa e organizacional desta unidade. A transparência e o acesso crescente de informações ao cidadão, a quem se dirige a prestação jurisdicional, possibilitaram um aumento da demanda a exigir contínua atuação da Corregedoria na sua função orientadora e fiscalizadora, nas áreas judiciais e extrajudiciais. Para tanto, faz-se necessário a reestruturação não só da sua estrutura organizacional como física e de pessoal. A proposta do referido projeto não se baseia em estudos de demandas anteriores versus demanda atual e sim com base na atual situação em que se encontra a CGJ, onde se verifica uma gama de atividades desempenhadas pelos servidores e unidades que a compõe que superam bem como exigem uma estrutura maior de diversos recursos, dentre eles pessoal, equipamento e estrutura organizacional, buscando a divisão de trabalhos de forma estruturada para um melhor desempenho das funções, hoje sendo desenvolvidas de forma acumulativa, sem especialização que as mesmas requerem.

PLANO DE CAPACITAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA - CGJ DO ESTADO DE RONDÔNIA

OBJETIVO DO PO: Capacitar os servidores da Corregedoria-Geral da Justiça, Coref, dos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais, mediante o desenvolvimento de competências, disseminando, alinhando, contextualizando, aprofundando e atualizando conhecimentos e práticas inerentes à dinâmica do Poder Judiciário, na perspectiva de instituir um ambiente de aprendizagem organizacional favorável à modernização da gestão dos serviços judiciários.

ALINHADO AO OBJETIVO: Este projeto atende ao objetivo estratégico "Capacitar, por meio das unidades competentes, os colaboradores para a execução das atividades".

PRODUTO: Pessoas treinadas e qualificadas.

PÚBLICO ALVO: Colaboradores da Corregedoria-Geral da Justiça, Coref, dos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais.

META: Executar 100% dos cursos previstos até 2014.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIFICATIVA: O Programa de Capacitação da CGJ é voltado para a valorização dos servidores da CGJ que atualmente totalizam 28 e ainda mais 4 magistrados, tendo como principal foco o processo permanente de qualificação e profissionalização, considerando as dimensões pessoais e profissionais. Composto de ações de capacitação prioritárias, considerando os objetivos estratégicos definidos pela Administração Superior da Corregedoria, os quais se encontram alinhados ao Plano Nacional de Capacitação adotado pelo CNJ, Res. N. 126, objetivando contribuir para a modernização da gestão e das práticas dos serviços judiciários.

PLANO DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

OBJETIVO DO PO: Implantar plano de comunicação, visando o aprimoramento da comunicação com o público interno e externo, através de linguagem clara e acessível, com transparência, informações sobre as atividades, ações e iniciativas da Corregedoria.

ALINHADO AO OBJETIVO: Este projeto atende ao objetivo estratégico "Promover e facilitar a comunicação interna".

PRODUTO: Plano de Comunicação da Implantado.

PÚBLICO ALVO: Colaboradores da Corregedoria-Geral da Justiça, de outras unidades, Cartórios Judiciais e Extrajudiciais, Magistrados, Advogados e Jurisdicionados.

META: Plano de comunicação 100% implantado até dezembro de 2014.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIFICATIVA: A Corregedoria-Geral da Justiça lida diariamente com o público interno e externo, cada vez mais exigente e instruído quanto a seus direitos e deveres, atendendo uma gama de demandas nas mais diversas áreas afetas ao Poder Judiciário, com isso verifica-se que é necessário o aprimoramento da comunicação através de um plano estruturado de comunicação e/ou marketing eficiente, com vista a tornar esta unidade transparente e acessível no âmbito do Judiciário Rondoniense.